



## **MEMÓRIA DA 46ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

### **REDE DE CONTROLE DA GESTÃO PÚBLICA - 2021**

Aos cinco dias do mês de novembro de 2021, das 10 às 12 horas, realizou-se por via videoconferência a 46ª Reunião Ordinária da Rede de Controle da Gestão Pública do ano de 2021. Estavam presentes os representantes das seguintes instituições: Bruno Sergio Galatti (MPPR), Francisco Bignardi (RFB), Conrado Schramme (CGE), Penélope Gama (PF), Luiz Gustavo Andrioli (TCU), Renata Silveira Carvalho (TCU/DF), Hillene de Cassia Sbalqueiro Silva Meira (TRE), Silvio Renato Fernandes Jardim (SEJUF), Victor Lima dos Passos (TCE), Demian Bertozzi (CGU), Antonio Silva Junior (RFB), Ney da Nobrega Ribas (OSB), Pedro Carmona (Celepar), Maurício Kalache (MPPR), Daniele Talamini (AGU), Sofia Duarte de Lima Moser (TCE), José William Gomes (CGU), Campolin Torres (SESP) e Cineiva Campoli Paulino Tono (SEJUF). A sessão foi presidida pelo Coordenador Executivo, Maurício Kalache e secretariada pelo Ministério Público do Estado do Paraná.

**Maurício Kalache (MPPR)**, como Coordenador Executivo, abriu a reunião e, inicialmente, cumprimentou e agradeceu a participação de todos e todas. Preliminarmente, submeteu aos membros do colegiado a aprovação da Ata da 45ª Reunião Ordinária, que teve anuência plena. Passou para o próximo item da pauta: palestra "**Planejamento Estratégico e redes de Controle da Gestão Pública**" com Renata Silveira Carvalho, Auditora Federal de Controle Externo (TCU/DF);

**Luiz Gustavo Andrioli (TCU)** fez a apresentação de Renata Silveira Carvalho, auditora de controle externo do TCU. Ressaltou a importância da Rede e do aprendizado coletivo, bem como do planejamento estratégico, que deve existir juntamente com um controle externo e descentralizado de políticas públicas, como a fiscalização da saúde, educação, entre outras áreas. Enfatizou que o objetivo maior é o grupo se fortalecer como Rede.

**Renata Silveira Carvalho (TCU/DF)** apresentou a Rede INTEGRAR (Aprimoramento do Controle Externo de Políticas e Programas Públicos Descentralizados), que foi



criada em 2017 e finalizada em 2020. Disse que o que motivou a criação desse projeto foi o fortalecimento da atuação conjunta dos 33 Tribunais de Contas. Explicou que antes do projeto havia duplicação, sobreposição de trabalhos e fragmentação de esforços. Após, estabeleceu-se a união de esforços entre os Tribunais de Contas, o que diminuiu consideravelmente trabalhos inacabados e com lacunas, por exemplo. Expôs que os Tribunais de Contas vêm trabalhando de forma colaborativa desde 2007 (PROMOEX – 2007 a 2011). Esclareceu que o objetivo foi a realização de um trabalho externo coordenado, a longo prazo, em que todos participassem ativamente no processo de decisão. Um dos pontos identificados foi a necessidade de aprimoramento da coordenação estratégica entre os Tribunais de Contas, a fim de induzir uma governança multinível, resultando em melhores entregas. Citou alguns marcos do projeto, que foram: dezembro/2017 – acordo entre TCU e OCDE (uso de indicadores, visão sistêmica); outubro/2018 – acordo com nove Tribunais de Contas para se ter adesão e fazer a experiência inicial; janeiro/2020 – houve a adesão de todos os 33 Tribunais de Contas; novembro/2020 – terminou o acordo com o OCDE, finalizou-se o projeto e criou-se a rede INTEGRAR, que visa a fortalecer a atuação coordenada do controle externo e contribuir para o aperfeiçoamento do ciclo de implementação de políticas descentralizadas no país. Explicou que a Rede INTEGRAR vem trabalhando os seguintes pontos: (i) seleção de fiscalizações das políticas descentralizadas, com base em indicadores e informações que apontem para problemas e fatores críticos associados ao objeto de análise; (ii) trabalhos conjuntos; (iii) metodologias, processos de trabalho e tecnologias; (iv) intercâmbio de informações; (v) acesso a banco de dados; e (vi) cursos e seminários. Sobre a estrutura da rede, a palestrante frisou que há um comitê técnico composto por todos os Tribunais que aderiram o projeto, grupos temáticos coordenados pelo comitê técnico, planejamento conjunto, secretaria executiva compartilhada, grupos de assessoramento e grupos temáticos. Ressaltou a importância do trabalho em rede e do engajamento das pessoas para a obtenção de bons resultados.

**Penélope Gama (PF)** perguntou como ocorreu o engajamento dos Tribunais de Contas ao longo do projeto.



**Renata Silveira Carvalho (TCU)** salientou que todos os Tribunais de Contas tinham a oportunidade de se manifestar. Afirmou que, separados em subgrupos, eles ganhavam mais segurança para falar e trazer elementos locais para discussão. Pontuou que o engajamento varia ao longo do tempo, conforme a autonomia e a confiança que vão se construindo.

**Ney da Nobrega Ribas (OSB)** manifestou-se no sentido de que o objetivo da Rede é promover a integração entre os órgãos e perguntou à Renata, pensando no controle social, como tem sido a integração dos projetos, na prática, com a sociedade.

**Renata Silveira Carvalho (TCU/DF)** afirmou que, no começo, não havia muita interação com a sociedade, mas que respostas foram surgindo ao longo do caminho. Reconheceu a importância do tema e disse que o processo está evoluindo para que haja tal interação.

**Bruno Sergio Galatti (MPPR)** externou a preocupação com a necessidade de atuação próxima à sociedade. O que facilitaria, segundo ele, é ter um conselheiro para cada Estado, pois a troca de personagens acaba quebrando o planejamento feito.

**Renata Silveira Carvalho (TCU/DF)** falou da importância da visão de construção. Segundo ela, no projeto, cada Tribunal de Contas tinha que ter pelo menos dois técnicos e um conselheiro, que seria o articulador interno. O intuito seria levar a mensagem de forma estratégica. Na Rede INTEGRAR há menor participação dos conselheiros e maior aproximação de entidades de representação.

**Luiz Gustavo Gomes Andrioli (TCU)** apontou que os órgãos do INTEGRAR são similares, diferente do que acontece na Rede de Controle, em que os órgãos possuem estruturas diferentes, embora todos possuam atribuições de controle. Questionou Renata sobre a melhor forma de articular o trabalho em conjunto quando os órgãos da Rede são bastante diferentes.

**Renata Silveira Carvalho (TCU/DF)** externou que o que une os diferentes órgãos é justamente o controle em si. Ponderou que os temas podem ser comuns, com o compartilhamento do que cada órgão tem a oferecer e definição de uma visão mais sistêmica, de forma a complementar o trabalho de cada um.



**Maurício Kalache (MPPR)** enalteceu o histórico do projeto e salientou que se deve vencer uma crise silenciosa no âmbito da Rede, não bastando um termo de cooperação, tendo em vista não se tratar a Rede de um conceito jurídico. Afirmou que a Rede é um fato, uma vivência, que ocorre segundo a personalidade e os limites das instituições. Declarou que se deve manter uma visão otimista do trabalho em Rede e rediscuti-la para torná-la possível, observando que: 1º – há diferenças orgânicas; 2º – cada um tem uma noção de Rede que talvez seja diferente da visão do outro. Salientou que encaminhará a todos uma consulta, por meio do *Google Forms*, para que seja exposta a opinião de cada integrante sobre como trabalhar em Rede. Inferiu que se deve discutir as possibilidades da Rede no âmbito do Estado do Paraná, com suas particularidades. Mencionou que um fenômeno que se repete é a rotatividade dos representantes. Aduziu que o trabalho em Rede, embora esta seja heterogênea e plural, é um conceito de administração pública, um método operacional de trabalho e, para isso, é preciso identificar pautas comuns e distribuir as tarefas. Agradeceu a palestrante e, dando continuidade à reunião, alertou que a nova Lei de Improbidade Administrativa trará uma avalanche de efeitos, exemplo disso poderá ser a reintegração de pessoas que perderam os cargos, inclusive com indenizações decorrentes deste ato. Citou a PEC dos Precatórios e os reflexos no direito financeiro. Sugeriu uma reflexão para expedir uma Nota Republicana para o dia mundial de combate à corrupção (09/12).

**Bruno Sergio Galatti (MPPR)** sugeriu, ao invés de uma nota, a apresentação de números, tais como prescrições, arquivamentos e demais resultados. Mencionou os possíveis reflexos da ação de improbidade na área de transparência. Comprometeu-se a ajudar na coleta de dados.

**Maurício Kalache (MPPR)** acredita que essa visão é apenas a do Ministério Público, sendo necessário pensar na função da Rede como um todo. Pontuou que a nota pode ser um meio para despertar a atenção. Esclareceu que o seu conteúdo será levado a apreciação de todos e que a publicação ocorrerá se houver unanimidade.



**Luiz Gustavo Gomes Andrioli (TCU)** manifestou-se no sentido de que os retrocessos que estão em curso demandam uma atuação nacional, dentro do limite permissivo de cada órgão.

**Maurício Kalache (MPPR)** passou para o próximo item da pauta, que seria o relato das Comissões.

**Luiz Gustavo Gomes Andrioli (TCU)** informou que postará no grupo do Whatsapp o acompanhamento do Programa Nacional de Prevenção à Corrupção.

**Conrado Schramme (CGE)** disse que tiveram uma palestra com o TCU e terão outra sobre a LGPD no âmbito da Polícia Federal. Assim que possível, mandará o *link* da reunião, que será no dia 26/11, no grupo do Whatsapp para quem quiser participar.

**Ney da Nobrega Ribas (OSB)** falou que a sociedade brasileira está vivendo um apagão de líderes e que há uma grande janela de oportunidades para resgatar alguns princípios e questões, como a interação de jovens e o fortalecimento de lideranças da sociedade civil. Relatou que o Projeto Força-tarefa Cidadã possui mais de 200 cidadãos capacitados, que fazem o processo de produção de conhecimento nas cinco etapas: três da transparência ativa e duas da transparência passiva. Repassou o número de Municípios avaliados nos oito Estados que compõem esta fase do projeto.

**Maurício Kalache (MPPR)** informou que a próxima reunião do colegiado está marcada para o dia 03/12 e indagou ao representante da Celepar sobre a apresentação da consultoria Gartner.

**Pedro Carmona (Celepar)** afirmou que está confirmada a presença do consultor Gartner para a próxima reunião, cujo tema abordado será a visão de governo digital.

Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a reunião.

#### DELIBERAÇÕES

nº	Ação	Responsável	Previsão
1	Encaminhará aos integrantes um formulário a ser preenchido sobre a visão que cada integrante tem do trabalho em Rede: expectativas e os projetos a serem debatidos.	Maurício Kalache	-



2	Elaboração de minuta de Nota Republicana para o dia internacional de combate à corrupção.	Maurício Kalache	-
3	Postará no grupo do Whatsapp as informações atualizadas do PNPC/ E-Prevenção do Estado do Paraná.	Luiz Gustavo Gomes Andrioli	-
4	Apresentação da Consultoria Gartner, cujo tema abordado será a visão de governo digital.	Pedro Carmona	03/12/2021